

Adama Brasil S.A.

CNPJ: 02.290.510/0001-76.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	420.501	60.950	Fornecedores	13	2.649.569	2.223.022
Contas a receber de clientes	5	2.157.405	2.319.144	Empréstimos e financiamentos	14	554.210	130.179
Estoques	6	1.026.144	969.371	Impostos e contribuições a recolher	15	41.483	23.473
Impostos a recuperar	7	115.868	58.635	Benefícios a empregados	16	39.811	31.771
Adiantamentos a fornecedores		25.353	11.160	Instrumentos financeiros derivativos	25	1.596	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	165	Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	21.990	31.915
Outras contas a receber		11.508	3.705	Provisão para riscos	17	-	74
Total do ativo circulante		<u>3.756.779</u>	<u>3.423.130</u>	Outras provisões	17	118.127	102.479
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		<u>43.424</u>	<u>5.529</u>
Contas a receber de clientes	5	49.221	75.925	Total do passivo circulante		<u>3.470.210</u>	<u>2.548.442</u>
Impostos a recuperar	7	612	587	NÃO CIRCULANTE			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	7	-	8.932	Empréstimos e financiamentos	14	545.773	984.255
Depósito judicial		88	344	Impostos de renda e contribuição social diferidos	7	14.830	-
Outras contas a receber		27.782	9.166	Provisão para riscos	17	10.292	7.594
Investimentos	8	11.471	8.177	Outras provisões	17	10.932	13.006
Outros investimentos	9	57.869	25.291	Outras contas a pagar		-	10
Imobilizado	11	514.911	346.072	Total do Passivo não circulante		<u>581.827</u>	<u>1.004.865</u>
Intangível	12	<u>361.368</u>	<u>329.158</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		1.023.322	803.652	Capital Social	18	302.777	302.777
				Reserva de lucros		61.745	60.567
				Ajuste de avaliação patrimonial		<u>363.542</u>	<u>310.131</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>728.064</u>	<u>673.475</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.780.101</u>	<u>4.226.782</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.780.101</u>	<u>4.226.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	"Hedge" de fluxo de caixa	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)		302.777	26.631	221.527	-	114.345	-	-	665.280
Ajustes acumulados de conversão de balanço		-	-	-	-	195.177	-	-	195.177
"Hedge" de fluxo de caixa, líquido		-	-	-	-	-	609	-	609
Prejuízo do exercício		-	-	-	(151.432)	-	-	-	(151.432)
Destinações:									
Juros sobre o capital próprio	18.c	-	-	-	(28.289)	-	-	-	(28.289)
Dividendos mínimo	18.c	-	-	-	(7.870)	-	-	-	(7.870)
Utilização da reserva de retenção de lucros		-	-	(187.591)	187.591	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>302.777</u>	<u>26.631</u>	<u>33.936</u>	-	<u>309.522</u>	<u>609</u>	<u>673.475</u>	
Ajustes acumulados de conversão de balanço		-	-	-	-	54.956	-	-	54.956
"Hedge" de fluxo de caixa, líquido		-	-	-	-	-	(1.545)	-	(1.545)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.171	-	-	-	26.171
Destinações do lucro:									
Reserva legal	18.c	-	1.309	-	(1.309)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.c	-	-	-	(20.021)	-	-	-	(20.021)
Dividendos mínimo	18.c	-	-	-	(4.972)	-	-	-	(4.972)
Reserva de retenção de lucros		-	-	(131)	131	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>302.777</u>	<u>27.940</u>	<u>33.805</u>	-	<u>364.478</u>	<u>(936)</u>	<u>728.064</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	4.573.573	3.792.758
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(4.103.901)	(3.695.579)
LUCRO BRUTO		<u>469.672</u>	<u>97.179</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de vendas	21	(317.334)	(253.370)
Despesas administrativas e gerais	22	(38.794)	(50.772)
Resultado da equivalência patrimonial	8	3.996	2.826
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	1.614	4.239
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		<u>119.154</u>	<u>(199.898)</u>
Receitas financeiras	24	144.817	195.954
Despesas financeiras	24	(196.220)	(107.761)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		<u>(51.403)</u>	<u>88.193</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>67.751</u>	<u>(111.705)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	(17.021)	(6.201)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	(24.559)	(33.526)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>26.171</u>	<u>(151.432)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÕES		<u>0,06</u>	<u>(0,33)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>26.171</u>	<u>(151.432)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Ajustes de conversão de balanço	54.957	195.177
"Hedge" de fluxo de caixa	(1.545)	609
Total de outros resultados abrangentes	53.412	195.786
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>79.583</u>	<u>44.354</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		26.171	(151.432)
Ajustes por:			
Variações monetárias de ativos e passivos operacionais		56.609	93.908
Perda no valor realizável de contas a receber	22	(7.383)	11.328
Provisão para desvalorização dos estoques	6	4.481	(4.327)
Mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros		101	(175)
Depreciação e amortização	11 e 12	45.941	43.875
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	2.611	(4.769)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos		41.992	43.198
Outros encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos		473	688
Reversão de provisão para contingências e outras provisões		15.169	9.296
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7	41.580	39.727
Resultado de equivalência patrimonial	8	(3.996)	(2.826)
Variação para baixa de intangível e imobilizado	11 e 12	2.008	135
Provisões em:			
Contas a receber de clientes - circulante e não circulante		229.638	(839.785)
Estoques		(56.506)	(288.795)
Impostos a recuperar - circulante e não circulante		(41.030)	26.289
Adiantamentos a fornecedores		(14.193)	(4.706)
Depósitos judiciais		257	32
Outras contas a receber		(26.877)	6.962
Fornecedores		412.740	1.073.874
Impostos e contribuições a recolher		(11.706)	(43.696)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		<u>42.208</u>	<u>(1.274)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>760.478</u>	<u>7.527</u>
Juros pagos		(44.869)	(41.371)
Dividendos recebidos de coligada		701	590
Impostos pagos sobre o lucro		<u>(6.536)</u>	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>709.774</u>	<u>(33.254)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Outros investimentos		(32.578)	(2.961)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11	(170.700)	(38.410)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado		1.031	5.793
Aquisição de ativo intangível	12	<u>(29.567)</u>	<u>(30.363)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(231.814)</u>	<u>(65.941)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de obrigações assumidas por meio de arrendamento financeiro		-	(971)
Captações de empréstimos e financiamentos		71.711	383.058
Liquidações de empréstimos e financiamentos		(159.742)	(239.021)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(31.915)	(52.217)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(119.946)</u>	<u>90.849</u>
Efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		1.537	2.850
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>359.551</u>	<u>(5.496)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		60.950	66.446
No fim do exercício		420.501	60.950
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>359.551</u>	<u>(5.496)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Adama Brasil S.A. ("Companhia" ou "Adama"), com sede na cidade de Londrina no Estado do Paraná, tem por objetivo principal a industrialização de produtos próprios e para terceiros, comercialização, importação e exportação de produtos químicos com patentes expiradas destinados à proteção da agricultura, tais como herbicidas, inseticidas, fungicidas e acaricidas.

A controladora direta da Companhia é Magan H.B.B.V., sendo esta controlada indiretamente pela empresa israelense Adama Agricultural Solutions Ltd. que é controlada pela chinesa Adama Ltd., que tem suas ações negociadas na bolsa Shenzhen Stock Exchange.

A Adama oferece ao mercado uma das mais completas linhas de produtos para proteção de culturas agrícolas. Com cerca de 650 colaboradores, a Companhia possui unidades industriais em Londrina (Estado do Paraná) e Taquari (Estado do Rio Grande do Sul), conta com seis filiais e quinze regionais de vendas, que tem como objetivo o atendimento de cooperativas, revendas e produtores do Brasil e do exterior.

Novo Coronavírus (COVID-19)

A Companhia vem acompanhando com atenção a evolução da pandemia do Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como seus reflexos na economia global.

A Companhia está adotando as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A Companhia ressalta que não foram renegociados contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e mantém seus vencimentos originais; não houve renegociações ou rompimentos de contratos com clientes significativos sem que a Companhia obtivesse contrapartida julgada adequada pela Administração, bem como, não houve inadimplências relevantes no contas a receber e/ou descontos relevantes acordados com os clientes. A Companhia revisou a mensuração de seus ativos e passivos e não identificou impacto decorrente da pandemia.

A Companhia continua monitorando o cenário atual, visando mitigar quaisquer potenciais impactos que possam ser causados em seus negócios. A Administração entende que todas as medidas tomadas em resposta à pandemia favoreceram a preservação da sua liquidez.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 4 de abril de 2022. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o dólar norte-americano de acordo com as normas descritas no IAS 21/CPC 2 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se a moeda funcional (dólar norte-americano) para reais utilizando a taxa de câmbio de fechamento do período para os ativos e passivos, taxa histórica para as contas de resultado e as contas de capital social e reservas no patrimônio líquido, mantido a valor histórico de formação. As variações cambiais resultantes da conversão acima são registradas na conta de patrimônio líquido "Ajustes acumulados de conversão".

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de bens e serviços.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos,

passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa, através da Perda de Crédito Esperada - PCE).
- Nota explicativa nº 6 - Estoques (provisão para desvalorização dos estoques).
- Nota explicativa nº 7 - Impostos a recuperar e diferidos (realização dos impostos).
- Nota explicativa nº 11 - Imobilizado (determinação da vida útil e redução ao valor recuperável "impairment").
- Nota explicativa nº 12 - Intangível (determinação da vida útil e redução ao valor recuperável "impairment").
- Nota explicativa nº 17 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões.
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros (valorização de instrumentos financeiros).

Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa do saldo de contas a receber de clientes (mensuração da provisão baseada na perda esperada).
- Nota explicativa nº 17 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (reconhecimento e mensuração de provisões para riscos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros (apuração do valor justo para determinados ativos e passivos e, também sua divulgação).

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis à Companhia, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas correspondentes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Moeda diferente da moeda funcional

Transações em moeda diferente da moeda funcional são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas diferentes da moeda funcional na data de apresentação são reconvertidos para

receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas de depreciação estimadas para os períodos corrente e comparativo estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio
O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos adquiridos na época.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento
Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo aplicável.

(iii) Outros ativos intangíveis
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização
Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

i) Arrendamentos
Os contratos de arrendamento são avaliados para determinação se ele é ou contém um arrendamento, em conformidade com as diretrizes do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento.

Um contrato que se caracterize como arrendamento é reconhecido no momento inicial pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando-se para desconto uma taxa de juros.

Uma vez reconhecidos o ativo e passivo de arrendamentos por valor presente no momento inicial, o ativo é mensurado pelo método de custo e sobre ele é calculado depreciação linear ao longo do prazo do arrendamento, e o passivo tem seu valor aumentado ao longo do período de arrendamento pela apropriação dos juros e é reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados.

Os outros arrendamentos da Companhia não se enquadram nos critérios de reconhecimento do IFRS 16/CPC 06 (R2) e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados referente a tais arrendamentos são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Tais arrendamentos são:

(i) Salas e áreas agrícolas: áreas utilizadas para pesquisa de produtos em campo, os contratos têm prazo de até um ano e possuem opção de rescisão sem restrições por ambas as partes.

(ii) Empilhadeiras: empilhadeiras localizadas em áreas fabris. Os contratos de locação possuem até 36 meses de vigência, no entanto, podem ser rescindidos por ambas as partes a qualquer momento, e, portanto, foram enquadrados como contratos de curto prazo.

(iii) Estações climáticas: contrato de locação de estações climáticas, cujas estações são utilizadas em suas dependências para eventos e disponibiliza aos clientes inseridos nos programas de recompensa. As estações climáticas foram avaliadas como ativo de baixo valor.

j) Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição/produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k) Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis mensurados a custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis mensurados a custo amortizado individualmente são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis mensurados a custo amortizado individualmente identificadas como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos financeiros mensurados a custo amortizado que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Para avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iv) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados principalmente pelos estoques, impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar a perda de valor, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, considerando a origem e natureza dele, este não foi alocado a nenhuma UGC e foi considerado em sua totalidade na operação da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

A Companhia não concede aos seus profissionais, incluindo os diretores, plano de benefício definido.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Recuperação ambiental do solo

De acordo com a política ambiental publicada da Companhia e exigências legais aplicáveis, uma provisão para a recuperação ambiental de uma área com relação à terra contaminada, e a respectiva despesa, é reconhecida quando a terra é contaminada, conforme apresentado na nota explicativa nº 17 - Provisão para riscos.

o) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia se modifiquem como resultado do contrato); e (v) for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

O momento da transferência do controle da mercadoria varia dependendo das condições individuais da venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto.

(ii) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados está relacionada a industrialização de produtos de terceiros, aluguel de produtos de inovação e a prestação de serviços de consultoria a clientes específicos. As receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas não são reconhecidas se existem incertezas significativas de sua realização.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de "hedge" que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de "hedge" que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a com-

penção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas à data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no balanço está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

r) Determinação do ajuste a valor presente
Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, e as de longo prazo foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado. A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação.

s) Mensuração do valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento ("non-performance"). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 2d).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) Normas novas e revisadas
As seguintes normas e revisões foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021.

- IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2021.
- A Companhia adotou as alterações às normas, no entanto, essa adoção não gerou qualquer impacto nos montantes anteriormente reconhecidos. A expectativa é de que a mudança na taxa referencial tenha efeito nas Demonstrações Financeiras de 2022, quando a Libor USD utilizada nos contratos de empréstimos com partes relacionadas será descontinuada, e até lá, a expectativa é de que lei 9.430/96 seja revisada com a substituição de referência. No entanto, não houve impactos nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- u) Normas novas ainda não emitidas
A lista a seguir traz as normas novas e revisadas ainda não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja a data de adoção será para para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.
- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture".
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual.
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1)), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

A Administração está avaliando os impactos das normas acima nas demonstrações financeiras da Companhia, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
Caixa e bancos	16.725	44.309
Aplicações financeiras	403.776	16.641
	420.501	60.950

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas e fundos de renda fixa, com liquidez imediata e remunerados a taxas que variam entre 75% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
No país	2.240.066	2.518.582
No exterior	1.986	27.432
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	64.538	22.045
Ajuste a valor presente	(53.519)	(40.215)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(56.445)	(132.775)
	2.206.626	2.395.069

Circulante

Não circulante

Circulante	2.157.405	2.319.144
Não circulante	49.221	75.925

Contas a receber - por vencimento

	2021	2020
A vencer	2.149.198	2.337.120
Vencido de 1 a 30 dias	19.320	7751
Vencido de 31 a 60 dias	1.179	-
Vencido de 61 a 120 dias	944	7.227
Vencido de 121 a 180 dias	7108	8.279
Vencido acima de 181 dias	23.431	44
Em cobrança judicial	61.891	167.423
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(56.445)	(132.775)
Total	2.206.626	2.395.069

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Saldo em 31/12/20	Provisão	Reversão/ utilização	Saldo em 31/12/21
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(132.775)	(15.530)	22.913	68.947

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para 100% dos títulos vencidos acima de 240 dias ou executados judicialmente (cobrança judicial), deduzidos das garantias reais e seguro de crédito, baseado na sua expectativa de realização. A Companhia também efetua análise individual para os títulos que não se enquadram nos critérios mencionados anteriormente e, caso haja indícios de não recuperabilidade (total ou parcial), os mesmo são também incluídos na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Adicionalmente, para fins de atendimento dos critérios estabelecidos no CPC 48/IFRS 9, com relação às perdas esperadas, é efetuada análise complementar da provisão, baseado na classificação de risco de crédito de seus clientes, os quais são segregados em 6 (seis) categorias, em função de diversos fatores e componentes utilizados pelo departamento de crédito e cobrança da Companhia, onde são apuradas as perdas esperadas da carteira de clientes.

Transferência de contas a receber de clientes

Em 2021 e 2020, a Companhia desreconheceu contas a receber de clientes pela antecipação dos fluxos de caixa de tais ativos. Contudo, o contas a receber de clientes foi parcialmente desreconhecido (95%), porque a Companhia retém parte dos riscos e benefícios associados à tais recebíveis. Em contrapartida, foi reconhecida a sua exposição na rubrica de empréstimo bancário garantido (nota explicativa nº 14).

Em 27 de outubro de 2021, a Companhia aderiu a uma nova operação de antecipação de recebíveis junto aos investidores Itaú e Farm Investimentos, onde foi criada uma estrutura chamada FIDC Liverpool, responsável pela compra de recebíveis originados pela Companhia. Esta nova operação é bastante similar a estrutura que está em funcionamento desde 2016, onde as principais diferenças são: Não há co-obrigação sobre os títulos cedidos e o investimentos inicial foi de 10,5% (5% na estrutura anterior) do valor inicial do fundo (nota explicativa nº 9).

A tabela a seguir mostra o valor contábil do contas a receber em aberto, segregado entre desreconhecido e não desreconhecido, em 31 de dezembro.

	2021	2020
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos - desreconhecido	482.878	332.987
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos - não desreconhecido	25.415	17.526
Valor contábil do contas a receber cedido para bancos	508.293	350.513

6. ESTOQUES

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
Produtos acabados	440.736	645.229
Matérias-primas	214.402	194.770
Materiais de embalagem e almoxarifado	27.063	17.988
Importações em andamento	368.545	130.596
Provisão para desvalorização de estoques (*)	(24.602)	(19.212)
Total	1.026.144	969.371

(*) Determinados itens de estoque, considerados obsoletos ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para perda. Além disso, inclui-se nesta linha provisões para desvalorização ao valor líquido de realização. A movimentação da provisão para estoque durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

	Saldo em 31/12/20	Constituição	Reversão/ utilização	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/21
Provisão para desvalorização de estoque	(19.212)	(93.591)	89.170	(909)	(24.602)

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. A Companhia não possui estoques deparar em garantia.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Impostos a recuperar
O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
ICMS	18.594	7.096
Imposto de renda e contribuição social	17788	9.428
IPI	46163	25.754
PIS e COFINS	27184	14.425
Outros	6.751	2.519
Total	116.480	59.222

Circulante

Não circulante

Circulante	115.868	58.635
Não circulante	612	587

b) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, quando aplicável, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis e, também sobre diferenças temporárias.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12.679	34.957
Provisão para perdas de período esperadas	6.513	10.186
Provisão para devolução de vendas	3.189	733
Provisão para comissões de vendas	1.524	1.483
Provisão para despesas contratuais	718	649
Provisão para frete sobre vendas	3.782	2.137
Ajuste valor presente - contas a receber	18.196	13.673
Provisão para desvalorização de estoques	7.57	

(*) O valor das compras apresentado na nota acima, está apresentado líquido dos descontos (rebates) obtidos junto as partes relacionadas.

Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores, benefício de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados quando incorridos. No exercício de 2021, as despesas com remuneração e outros benefícios para estes administradores totalizaram R\$16.760 (R\$14.550 em 2020).

11. IMOBILIZADO

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2021
Edificações	171.847	3.206	(114)	12.592	187.531
Máquinas e equipamentos	690.480	162.362	(1.877)	51.914	902.879
Móveis e utensílios	25.103	501	-	1.882	27.486
Terrenos	12.900	-	-	953	13.853
Direito de Uso	2.550	-	(1.659)	(754)	137
Veículos	33.327	4.631	(1.735)	1.536	37.759
Total	936.207	170.700	(5.385)	68.123	1.169.645

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2020
Edificações	132.478	1.052	-	38.317	171.847
Máquinas e equipamentos	53.708	32.062	(880)	145.590	690.480
Móveis e utensílios	19.292	235	(3)	5.579	25.103
Terrenos	10.006	-	-	2.894	12.900
Direito de Uso	2.422	73	(594)	649	2.550
Veículos	28.216	5.061	(4.793)	4.844	33.327
Total	706.121	38.483	(6.269)	197.673	936.207

Movimentação da depreciação

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixa	"Impairment"	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2021
Edificações	3,08%	(117.339)	(2.324)	14	48	(6.977)	(126.578)
Máquinas e equipamentos	17,74%	(434.749)	(20.616)	1.828	101	(30.340)	(483.776)
Móveis e utensílios	10,11%	(21.896)	(662)	-	-	(1.640)	(24.198)
Direitos de Uso	33,33%	(1.699)	(631)	1.659	-	539	(132)
Veículos	20,00%	(14.452)	(6.543)	1.355	-	(410)	(20.050)
Total		(690.135)	(30.776)	4.856	149	(38.828)	(654.734)

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2020
Edificações	3,08%	(89.303)	(2.215)	-	(25.821)	(117.339)
Máquinas e equipamentos	17,74%	(323.311)	(20.463)	880	(92.035)	(434.749)
Móveis e utensílios	10,11%	(16.472)	(668)	3	(4.759)	(21.896)
Direitos de Uso	33,33%	(813)	(850)	396	(432)	(1.699)
Veículos	20,00%	(11.582)	(6.405)	4.000	(454)	(14.451)
Total		(441.311)	(30.611)	5.279	(123.501)	(690.135)

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2020
Edificações	3,08%	(89.303)	(2.215)	-	(25.821)	(117.339)
Máquinas e equipamentos	17,74%	(323.311)	(20.463)	880	(92.035)	(434.749)
Móveis e utensílios	10,11%	(16.472)	(668)	3	(4.759)	(21.896)
Direitos de Uso	33,33%	(813)	(850)	396	(432)	(1.699)
Veículos	20,00%	(11.582)	(6.405)	4.000	(454)	(14.451)
Total		(441.311)	(30.611)	5.279	(123.501)	(690.135)

	Taxa média de Depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2020
Edificações	3,08%	(89.303)	(2.215)	-	(25.821)	(117.339)
Máquinas e equipamentos	17,74%	(323.311)	(20.463)	880	(92.035)	(434.749)
Móveis e utensílios	10,11%	(16.472)	(668)	3	(4.759)	(21.896)
Direitos de Uso	33,33%	(813)	(850)	396	(432)	(1.699)
Veículos	20,00%	(11.582)	(6.405)	4.000	(454)	(14.451)
Total		(441.311)	(30.611)	5.279	(123.501)	(690.135)

Redução valor recuperável de ativos ("impairment")
De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Para fins dessas análises, a Companhia agrupa seu ativo imobilizado em unidades geradoras de caixa (UGCs), conforme orientação do CPC 1/IAS 36. As unidades geradoras de caixa identificadas pela Administração são: fungicidas, herbicidas, inseticidas e bioestimulantes (linhas de produção que produzem as famílias de produtos em questão).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia estar contabilmente acima do seu valor recuperável.

12. INTANGÍVEL

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2021
Ágio (rentabilidade futura) (*)	253.427	-	-	18.717	272.144
Software	28.814	6.695	-	2.378	37.887
"Licensing & Know How"	240.287	22.872	(3.113)	16.799	276.835
Total	522.528	29.567	(3.113)	37.894	586.866

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2020
Ágio (rentabilidade futura) (*)	196.565	-	-	56.862	253.427
Software	19.792	2.748	-	6.274	28.814
"Licensing & Know How"	163.361	27.615	(254)	47.565	240.287
Total	381.718	30.363	(254)	110.701	522.528

(*) Ágio de expectativa de rentabilidade futura originado no ano 2000 decorrente da incorporação da Companhia Milênia Participações S.A. (antiga acionista da Adama).

Movimentação da amortização

	Taxa média de amortização % a.a.	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	"Impairment"	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2021
Ágio (rentabilidade futura)	Indefinida	(89.683)	-	-	-	(6.623)	(96.306)
Software	5%	(18.816)	(3.122)	-	-	(1.491)	(23.429)
"Licensing & Know How"	20%	(84.871)	(12.043)	-	-	(6.692)	(106.763)
Total		(193.370)	(15.165)	-	(2.157)	(14.806)	(225.438)

	Taxa média de amortização % a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	"Impairment"	Ajuste conversão	Saldo em 31/12/2020
Ágio (rentabilidade futura)	Indefinida	(69.561)	-	-	-	(20.122)	(89.683)
Software	5%	(12.220)	(3.048)	-	-	(3.548)	(18.816)
"Licensing & Know How"	20%	(57.859)	(10.226)	6	-	(16.657)	(84.871)
Total		(139.640)	(13.274)	6	(135)	(40.327)	(193.370)

Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível de vida útil indefinida tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$12.517 (R\$135 em 31 de dezembro de 2020) dada a incerteza do registro de licença não ser aprovado.

13. FORNECEDORES

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
No país	157.823	110.677
No país - Convênio (*)	31.326	31.644
No exterior	239.455	71.362
No exterior - Convênio (*)	199.512	51.535
Ajuste a Valor Presente (**)	(41.987)	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	2.063.440	1.957.804
Total	2.649.569	2.223.022

(*) Fornecedores Convênio: A Companhia firmou contrato com instituições financeiras para estruturar com os seus principais fornecedores operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de matéria-prima à Companhia para os Bancos, que, por sua vez, passará a ser credora da operação, registrado na rubrica "Fornecedores Convênio". Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. O ajuste a valor presente e os encargos financeiros foram imateriais para serem registrados como despesas financeiras, uma vez que o prazo médio de vencimento das transações é de no máximo seis meses.

(**) Com o aumento no prazo de pagamento de fornecedores com partes relacionadas para 365 dias, a Companhia passou a reconhecer o Ajuste a Valor Presente para fornecedores, com efeito nas rubricas de Estoques, Custo e Despesas Financeiras.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Médias das taxas contratuais ao ano	Vencimentos	2021	2020
Financiamentos e empréstimos denominados em reais				
Antecipação de recebíveis (nota explicativa nº 5)	CDI + "Spread" (variável)	2022	25.415	17.526
Total			25.415	17.526
Financiamentos e empréstimos denominados em dólar norte-americano				
Crédito à exportação (*)	Libor + 3,50%	2021	-	30.305
Empréstimos com partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		2027	1.074.568	1.066.603
Total			1.074.568	1.096.908
Total			1.099.983	1.114.434

	Saldo em 31/12/2020	Captações	Pagamentos	Juros	Varição Cambial	Saldo em 31/12/2021
Crédito à exportação (*)	30.305	-	(32.588)	1.165	1.118	-
Empréstimos com partes relacionadas	1.066.603	63.822	(172.023)	41.301	74.866	1.074.568
Total	1.096.908	63.822	(204.611)	42.466	75.984	1.074.568

Em 31 de dezembro de 2021, as dívidas do passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de desembolsos (por ano):

	2021	2020
Recursos recebidos	5.266.149	4.291.093
Despesas pagas	(2.290)	292
Total	5.263.859	4.290.801

	2021	2020
Despesas pagas	2.290	292
Total	2.290	292

	2021	2020
Despesas pagas	2.290	292
Total	2.290	292

	2021	2020
Despesas pagas	2.290	292
Total	2.290	292

Em 31 de dezembro de 2021, as dívidas do passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de desembolsos (por ano):

	2021	2020
Recursos recebidos	5.266.149	4.291.093
Despesas pagas	(2.290)	292
Total	5.263.859	4.290.801

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de empréstimos e financiamentos mantido pela Companhia junto às instituições financeiras não contém cláusulas restritivas de "covenants" financeiros.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
ICMS a recolher	5.529	5.035
INSS a recolher	3.287	2.775
IRRF a recolher	7.360	6.163
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.520	6.536
PIS e COFINS a recolher	729	537
FGTS a recolher	907	772
Imposto de importação a recolher	-	1.447
Outros	151	208
Total	41.483	23.473

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2021	2020
Provisões de férias e gratificações a empregados	13.748	12.572
Provisão para participações lucros e resultados	24.815	18.944
Outros	1.248	255
Total	39.811	31.771

17. PROVISÃO PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

Provisão para riscos

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, com se segue:

	2021	2020
Cíveis	10.664	(3.606)
Trabalhistas	2.427	(287)
Tributárias	38.550	(37.456)
Total	51.641	(41.349)

	2021	2020
Passivo circulante	-	74
Passivo não circulante	10.292	7.594

Movimentação dos processos no exercício

	2020	2021
Saldo inicial	-	-
Constituição	-	-
Reversão	-	-
Saldo final	-	-

	2021	2020
Provisões:		
Cíveis	4.552	3.135
Trabalhistas	2.216	236
Tributárias	900	194
Total	7.668	3.565

Outras provisões
Além das causas acima mencionadas, a Companhia é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de seus assessores jurídicos, as quais estão distribuídas da seguinte forma: R\$2.225 (R\$2.108 em 2020) em processos trabalhistas; R\$70.348 (R\$20.800 em 2020) em ações cíveis e R\$16.396 (R\$16.

Adama Brasil S A 15-04 pdf

Código do documento d67e2a65-c368-4543-bbdd-669600b088ad



Assinaturas



EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S A:77338424000195
Certificado Digital
publicidade@folhadelondrina.com.br
Assinou

Eventos do documento

14 Apr 2022, 13:32:12

Documento d67e2a65-c368-4543-bbdd-669600b088ad **criado** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email:artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-14T13:32:12-03:00

14 Apr 2022, 13:32:30

Assinaturas **iniciadas** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-14T13:32:30-03:00

14 Apr 2022, 13:48:41

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S A:77338424000195 **Assinou** Email: publicidade@folhadelondrina.com.br. IP: 201.86.106.50 (corporativo.gvt.net.br porta: 38652). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S A:77338424000195. - DATE_ATOM: 2022-04-14T13:48:41-03:00

Hash do documento original

(SHA256):33a2a720b194ef3445a6e4c0fe0768cf782bbb93ae7824d800c08b6df173cde1
(SHA512):5c63a8785724e40fbb3c08d6abfdc79a2ec76ec1fd1787904fc1372ca3e84154e48e6974a751989654b06a4234c1758d6afcb6b8746c50d05e81df0b7d5c0af7

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign